

Apesar das diretas, bancada do DF não aceita o substitutivo

Fotos: Arquivo JBr

Malu Pires



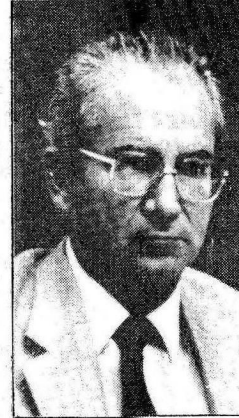
Maurício



Meira



Márcia



Frejat



Carneiro

O substitutivo ao anteprojeto da nova Constituição elaborado pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), não agradou a bancada do DF no Congresso Nacional, apesar de prever eleições diretas para governador do Distrito Federal em 1990. As maiores discordâncias se referem à forma de governo proposta por Bernardo Cabral — o parlamentarismo — e à data em que se realizariam as eleições diretas para governador do DF.

A maioria da bancada de Brasília é presidencialista e defende um mandato de cinco anos para Presidente da República. Mas a forma parlamentarista adotada por Cabral aborreceu até mesmo os parlamentares brasileiros que defendem o parlamentarismo como regime de governo. Os presidencialistas prevêem para os próximos dias uma radicalização entre os partidários dos dois sistemas na Comissão de Sistematização e os parlamentaristas já reivindicam aperfeiçoamentos na fórmula adotada por Bernardo Cabral.

A principal mudança que os parlamentaristas do DF defendem no substitutivo de Cabral é a redução do mandato presidencial que, de acordo com a proposta do relator, seria de seis anos. Um mandato presidencial de seis anos não é cogitado por nenhum dos parlamentares brasileiros, presidencialistas ou parlamentaristas.

Quanto às eleições diretas para governador do DF, a bancada do Distrito Federal não concorda que o pleito seja realizado em 1990, junto com a eleição para Presidente da República. A maioria da bancada reivindica que as eleições sejam no próximo ano, data que eles consideram um compromisso eleitoral.

Em relação à reforma agrária, o substitutivo de Bernardo Cabral veio ao encontro da tendência majoritária que defende a imissão imediata da posse como maneira de agilizar o processo. Além da maioria concordar que a reforma tributária tem de fortalecer os estados e municípios.

A supressão da instituição da pena de morte atendeu ao desejo da maioria da bancada. E a manutenção do atual texto legal sobre o aborto representou o anseio da tendência majoritária da bancada do DF, embora neste tema os parlamentares tenham demonstrado dificuldades em se posicionar.